

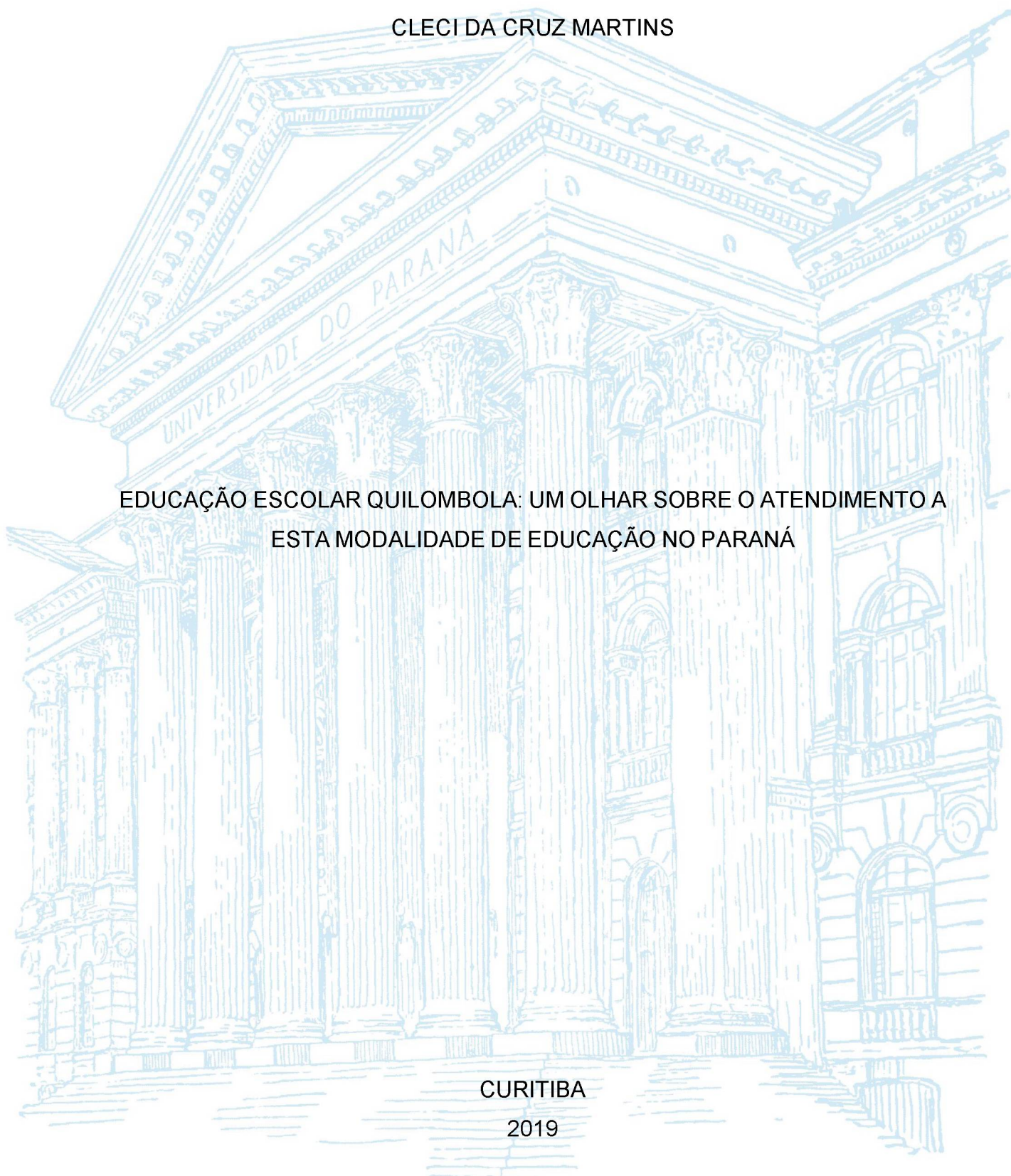
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLECI DA CRUZ MARTINS

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO A
ESTA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ

CURITIBA

2019



CLECI DA CRUZ MARTINS

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO A
ESTA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Regina de Carvalho

CURITIBA

2019

Aos guerreiros e guerreiras negras que existiram e que resistem.

AGRADECIMENTOS

O provérbio “*Umntu Ngumuntu Ngabantu*”, expressão da língua Xhosa, é a essência da filosofia Ubuntu, que traduzida significa “*Uma pessoa é uma pessoa por causa das outras pessoas*”, assim, o trabalho realizado só foi possível em função das experiências e vivências acumuladas no decorrer desta caminhada, traçadas e compartilhadas com tod@s as pessoas que participaram e participam da minha vida de forma direta ou indireta.

Agradeço à minha família pelo apoio, amor, dedicação, incentivo e compreensão. Obrigada pela acolhida nos momentos em que pensei em desistir dessa trajetória. Amo vocês.

À minha orientadora, a Profa. Dra. Thaís Regina de Carvalho, pelas contribuições, ensinamentos e acolhimento.

Às mulheres de luta, da *Rede de Mulheres Negras do Paraná*, incentivadoras de processos formativos sobre relações de raça e gênero.

À minha amiga de trabalho Sandra Maria de Oliveira pela tradução do resumo.

Às colegas do Departamento de Articulação Pedagógica da Secretária Municipal de Educação de Araucária.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná.

À Clemilda Santiago Neto pela entrevista e acolhimento.

Agradeço imensamente a tod@s que torceram por mim e que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista

“O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição” (Maria Beatriz Nascimento).

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a educação escolar quilombola no Paraná. Tem por objetivo analisar as políticas educacionais que asseguram o atendimento a esta modalidade de educação que visa atender as especificidades étnicas/culturais das comunidades quilombolas, cuja realidade social e histórica é marcada pela invisibilidade e exclusão social. Para tanto, partimos da seguinte indagação: Quais as estratégias e marcos legais utilizados pelo Estado do Paraná para atendimento da demanda da educação escolar quilombola? Para analisar tal questionamento, realizamos análise documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada com a Técnica Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, responsável pela temática. Os aportes teóricos fundamentaram-se nas leituras sobre quilombos, educação quilombola, relações raciais, desigualdades educacionais e políticas afirmativas. Observamos que as referências legais e principalmente as implicações da Lei 10.639/03 contribuíram de forma significativa para o entendimento dos desdobramentos legais na implantação desta modalidade educacional no Estado. As análises feitas neste trabalho demonstram que o atendimento a esta demanda está sendo incluído lentamente nas agendas das políticas educacionais do Estado. A invisibilidade e dificuldade de acesso aos dados sobre esta população expõe a necessidade de pesquisas e mapeamentos atualizados para identificação da situação de exclusão dos quilombolas do Paraná.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Políticas Públicas Educacionais. Invisibilidade.

ABSTRACT

The present work deals with quilombola school education in Parana and aims to analyze the educational policies that ensure the attendance to this type of education that aims to meet the ethnic / cultural specificities of quilombola communities, whose social and historical reality is marked by invisibility and social exclusion. To do so, we start with the following question: What are the strategies and legal frameworks used by the State to meet the demands of quilombola school education? To analyze this questioning, we performed documentary, bibliographic analysis and semi-structured interview with the Pedagogical Technique of the State Secretariat of Education of Paraná, responsible for the theme. The theoretical contributions were based on the readings on quilombos, quilombola education, racial relations, educational inequalities and affirmative policies. We observed that the legal references and mainly the implications of Law 10.639 / 03 contributed significantly to the understanding of the legal developments in the implementation of this educational modality in the State. The analyzes carried out in this study demonstrate that the attendance to this demand is being included slowly in the educational policy agendas of the State., The invisibility and difficulty of access to the data on this population exposes the need for updated surveys and mappings to identify the situation of exclusion of the quilombolas from Paraná.

Keywords: Quilombola School Education. Educational Public Policies. Invisibility.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	MAPA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ ..	25
FIGURA 2 –	FLUXO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO PARANÁ	43
FIGURA 3 –	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO EM PROL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
	CRQs	21
QUADRO 2 –	CRQs DO PARANÁ	22
QUADRO 3 –	COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO PARANÁ ...	24
QUADRO 4 –	TESES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS DE 1999-2018	28
QUADRO 5 –	DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS DE	
	1999-2018	31

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADCT	–	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BDTD	–	Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
COPENE	–	Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as
CONAE	–	Conferência Nacional de Educação
CRQ	–	Comunidades Remanescentes de Quilombo
DCNEEQ	–	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola
DEDI	–	Departamento da Diversidade
FCP	–	Fundação Cultural Palmares
IBICT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCG	–	Instituto de Terra e Geociência
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OIT	–	Organização Internacional do Trabalho
ONU	–	Organização das Nações Unidas
SECADI	–	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	–	Secretaria Estadual de Educação
SEPPIR	–	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEN	–	Teatro Experimental do Negro
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná
UFU	–	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO12

1.1 QUILOMBOS E SEUS SUJEITOS: CONTEXTOS MARCADOS POR LUTAS E
MOVIMENTOS 18

1.2 QUILOMBOS E QUILOMBOLAS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA 18

2 PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA27

2.1 PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO28

2.2 RESUMOS DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS
NEGROS/AS E A TEMÁTICA QUILOMBOLA..... 34

3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA E QUILOMBOLA36

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA36

3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO PARANÁ40

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS49

5 REFERÊNCIAS.....52

ANEXO 1 – SESSÕES COPENE56

**ANEXO 2 – RESUMOS COPENE COM O TERMO QUILOMBO OU
QUILOMBOLAS59**

1 INTRODUÇÃO

O interesse e a construção do tema desta monografia se articulam com as minhas vivências pessoais enquanto profissional da educação e ativista. Assim, a Política Escolar Quilombola é foco desta, por articular conflitos decorrentes de questões agrárias, educacionais e raciais, temas que ganharam minha atenção e inquietação após algumas visitas as comunidades quilombolas no Estado do Paraná.

Durante as poucas visitas que fiz a algumas Comunidades Remanescentes de Quilombos e nas conversas com amigos quilombolas, consegui perceber nitidamente as várias facetas da ideologia racista e suas formas de atuação para invisibilização e negação de direitos a esta população excluída do acesso a condições mínimas de inserção social, visto que a negação do direito à educação corrobora para o não exercício da cidadania e atendimento aos direitos sociais e políticos.

O direito à educação e o processo histórico da inserção da população negra no sistema educacional brasileiro foi caracterizada pela dificuldade ou impossibilidade de acesso. “A escola constituiu-se como tal, em nosso país, inserida no processo de legitimação do poder estatal por meio das instituições” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 244).

As conseqüências da colonização e escravatura, associadas às múltiplas formas de não-acesso à propriedade da terra, a ausência de um sistema contratual de mercado e uma fraca intervenção do Estado no sistema de estratificação social produzirão sociedades cheias de contrastes, gritantes diferenças, próprias da desigualdade social. A persistência desta situação de base continua a produzir pessoas ou que estão “fora do contrato” ou que não estão tendo oportunidade de ter acesso a postos de trabalho e bens sociais mínimos (CURY, 2002, p.258).

A fim de reduzir as desigualdades sociais e atender ao disposto na Constituição Federal de 1988, a educação pública se torna ferramenta essencial para a construção de um modelo de Estado que vise a diminuição das desigualdades e discriminações, pois conforme o artigo terceiro da carta magna de 1988, são objetivos fundamentais a serem desenvolvidos pelo Estado:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Contribuindo para atender o disposto na constituinte, as ações afirmativas voltadas para a redução das desigualdades têm ganhado espaço no cenário internacional, em especial tivemos a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, reunindo mais de 18.800 pessoas de 170 países, entre elas, Chefes de Estado e membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e de Organizações não governamentais. Nesse momento, o Brasil reconheceu-se como um país racista, comprometendo-se a combater o racismo e a discriminação dele decorrente, constatação essa que possibilitou e fortaleceu a luta do movimento social negro para a implementação de políticas públicas de ação afirmativa para negros e negras.

O acesso a uma educação para todos e o desenrolar do Direito à Educação Escolar Quilombola está ligado a diversos fatores e tramas que envolvem as relações raciais, sociais, culturais e políticas. Conforme destaca Gomes (2012), várias foram as ações do movimento negro em prol da educação para as relações étnico-raciais, desde publicações de jornais à criação de Partido Político¹.

Dentre as manifestações do Movimento Social Negro que ganharam destaque e mobilizaram a sociedade entre os anos de 1944 e 1968, está a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), caracterizando-se pela formação de atores e dramaturgos negros, que para além da dramaturgia atuavam no processo de alfabetização e educação de seus integrantes. Entre os anos de 1948 e 1950 o TEN publicou o jornal “O Quilombo”, que possuía em todas as suas edições a reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras (GOMES, 2012, p. 737).

Os movimentos evidenciados por Gomes (2012), demonstram a trajetória e desenvolvimento de ações educacionais voltadas para uma educação das relações

¹ Em 1931, com o objetivo de promover a educação, é criada a Frente Negra Brasileira, que se transformou em partido político em 1936 e foi extinto em 1937 através do decreto que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos (GOMES, 2012, p. 737).

étnico-raciais, como uma política resultante de manifestações sociais e luta do movimento social negro.

Assim, mediante o tensionamento do movimento social negro, denunciando a estrutura racista da sociedade brasileira, é que as políticas públicas para as populações negras passam a ser incorporadas nas pautas e agendas governamentais, aliadas aos interesses econômicos internacionais. Segundo Jaccoud (2008), é no decorrer da década de 1980 que algumas ações passam a ser implementadas, sendo intensificadas nos anos 2000, com a adoção de programas, tais como os de cotas para a entrada de negras e negros no ensino superior e ao mercado de trabalho, e os de combate ao racismo institucional, que são inseridas em várias localidades do país. A adoção dessas medidas implica no reconhecimento oficial brasileiro em assumir as desigualdades presentes entre brancos e negros.

As desigualdades raciais no Brasil configuram-se como um fenômeno complexo, constituindo-se em um enorme desafio para governos e para a sociedade em geral. Enfrentar as dificuldades que se colocam face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação, na agenda pública e no espaço de governo, e integrar e ampliar as iniciativas em curso parecem ser, hoje, os grandes desafios no campo das políticas públicas para igualdade racial (JACCOUD, 2008, p.133).

Assim, o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para uma educação das relações étnico-raciais, é uma política que pertence a agendas/acordos nacionais, com vínculos internacionais, visto que os resultados e índices desta e demais políticas de enfrentamento às desigualdades sociais são acompanhadas por organismos mundiais, o que repercute em apoio econômico e de infraestrutura aos países em desenvolvimento. Como destaca Carth (2017),

Ter baixo Índice de Desenvolvimento Humano significa atestar imaturidade das instituições, incivilidade e incertezas de capacidade de gestão quanto ao capital humano, então, não se trata mais de simplesmente querer ou não reduzir o humano fatores que geram violências e instabilidades no desenvolvimento de indivíduos pertencente a grupos étnicos vulneráveis, se trata de aumentar a população socialmente apta a contribuir com a evolução do país perante seus parceiros mundiais. (CARTH, 2017, p. 3).

Assim, foi essencial para a constituição de um novo pacto educacional, a participação do governo Brasileiro e sociedade civil organizada em conferências de caráter internacional, possibilitando-nos o debate e avanço nas pautas da educação e diversidade, mesmo sendo desenvolvidas para atender ao cumprimento de metas de universalização de acesso e de elevação da escolaridade direcionadas por agências multilaterais internacionais (FAUSTINO, 2006).

No campo da educação, as legislações que tratam respectivamente do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, estabelecidas por meio das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08, foram promulgadas por ocasião das reivindicações históricas dos movimentos sociais negros e indígenas e atendidas mediante os acordos e tratados internacionais. A aprovação destas leis é marcada por um contexto significativo de questionamentos sobre o tratamento e lugar dado às questões étnico-raciais na sociedade brasileira. As leis supracitadas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dispondo que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Em 10 de março de 2008, com o intuito de inserir a história dos povos indígenas, foi sancionada a Lei nº. 11.645/08.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

A inserção de legislações para atendimento ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, não garantiram uma política e prática curricular própria para as comunidades quilombolas, no entanto, contribuíram para a visibilidade da pauta e deslocamento de responsabilidades. Como aponta Arruti

(2010) “de quase folclóricos, enfim, os quilombolas tornam-se ativistas incômodos, localizados no mapa político nacional, em algum lugar entre trabalhadores sem-terra, os indígenas, as favelas e os universitários cotistas” (ARRUTI, 2010, p.28).

No Brasil, os quilombos são retratados como lugares de refugiados negros ou escravizados fugidos, porém o seu significado vai além desse conceito: os quilombos foram formados “pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos” (MUNANGA & GOMES, 2006 p. 71).

O Estado Brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988, tem concebido legalmente às populações quilombolas o acesso ao território, saúde e educação de acordo com as especificidades dessas populações-chave. No entanto, para acesso aos direitos previstos na legislação, é necessário identificar e mapear oficialmente quem são esses sujeitos.

A invisibilidade e exclusão destes grupos no campo educacional “tem início desde a captura e o embarque de africanos escravizados passando pela viagem transatlântica e continuando com a chegada à América” (ALMEIDA, 2014, p.136), mesmo com a abolição da escravatura e Proclamação da República, pouco mudou a realidade sócio/histórica das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) que ainda encontra-se em fase de desafio. Como descreve Soares (2012)

a construção de uma política específica de educação voltada às CRQ, é uma maneira de reconhecer e compensar no âmbito educacional o absoluto ocultamento e a invisibilidade histórica de um grupo social excluído da pauta dos projetos educacionais nacionais (SOARES, 2012 p.77).

A invisibilidade da história, memória e luta quilombola no Brasil, trata-se de ação proposital da ideologia racista, pois como trata um provérbio africano “quem não sabe de onde veio, não sabe para onde vai”. Desconhecer nossa história e a luta da população negra é um dos mecanismos essenciais para não efetivação do acesso aos direitos e valorização dos saberes produzidos historicamente por estas populações.

Assim, partindo desta contextualização e sabendo dos desafios que acompanham esta modalidade de educação, surgiu o seguinte problema de

pesquisa: Quais as estratégias e marcos legais utilizados pelo Estado do Paraná para atendimento da demanda da educação escolar quilombola?

Para tanto, nosso intuito neste trabalho monográfico foi o de compreender os aspectos das políticas públicas voltadas à modalidade de educação escolar quilombola no Paraná, analisando os marcos legais e caminhos que o Estado utilizou para atendimento a esta modalidade educacional.

Para a coleta das informações das questões colocadas no problema de pesquisa, utilizamos como recursos metodológicos a análise documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada com a Técnica Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, responsável pela temática. Os aportes teóricos fundamentaram-se nas leituras sobre quilombos, educação quilombola, relações raciais, desigualdades educacionais e políticas afirmativas, nas produções acadêmicas de Arruti (1998,2006,2008,2010,2011,2017) Cruz (2012), Gomes (2006, 2011, 2012), Miranda (2012,2016), Munanga (2006), Soares (2012, 2018) entre outros.

Dessa forma, esta monografia representa um esforço inicial para entendimento das políticas educacionais adotadas pelo estado do Paraná para o atendimento da educação escolar quilombola, sendo estruturado em três capítulos.

No capítulo 1, “Quilombos e seus sujeitos: Contextos marcados por lutas e movimentos”, abordam-se os conceitos e ressemantizações do termo quilombo, apresentando sua linha histórica e seu uso contemporâneo, atrelado ao conceito próprio carregado de simbologia e resistência.

No capítulo 2, destacamos algumas produções sobre a temática, utilizando o banco de dados de teses e dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o caderno de resumos do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE.

O capítulo 3 se debruça sobre as conquistas do movimento social negro em prol de uma educação antirracista e as políticas de ação afirmativa desenvolvidas pelo Brasil para uma “educação diferenciada”, culminando na promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Apresenta e contextualiza os movimentos e agendas políticas do Paraná para atendimento a esta nova modalidade educacional, inserindo elementos e dados

coletados através de entrevista com a técnica da Secretaria Estadual de Educação (SEED) responsável pelo atendimento a esta demanda.

1.1 QUILOMBOS E SEUS SUJEITOS: CONTEXTOS MARCADOS POR LUTAS E MOVIMENTOS

Este capítulo será dedicado à discussão sobre quilombos e quilombolas, e as ressemantizações que o termo assumiu ao longo da história do Brasil. As lutas e os movimentos reivindicatórios que continuam até nossos dias, exigindo do estado e da sociedade civil maior visibilidade para as populações quilombolas.

1.2 QUILOMBOS E QUILOMBOLAS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Em sua etimologia a palavra quilombo ou Kilombo, de origem Bantu, pode ser traduzida para cabana ou acampamento. No entanto, são várias as dimensões e significados que o termo pode assumir. Segundo Leite (2008), o termo foi sendo popularizado no Brasil através da administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio recíproco criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão, assumindo significado especial para os libertos, alcançando amplas dimensões e conteúdo (LEITE, 2008, p.965).

Os estudos acerca da identificação, caracterização e delimitação do conceito relativo a estas comunidades negras, acompanham o contexto da organização política do país. Em 1740, reportando-se ao Rei de Portugal o termo, foi definido pelo Conselho Ultramarino como "agrupamento de negros fugidos que passe de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados em parte despovoada nem se achem pilões neles" (ALMEIDA, 2002, p. 47). Assim, o conceito utilizado no período colonial, teve a finalidade de designar repressão e criminalidade. Essa definição relegou aos quilombos sua existência ligada ao período escravista brasileiro.

Almeida (2002) também cita no texto "Os Quilombos e as Novas Etnias", exemplos de organização de comunidades negras surgidas a partir da desapropriação de terras dos jesuítas, ou ainda ligados à doação de terras como recompensa por serviços prestados a grandes proprietários, principalmente no período de declínio dos sistemas açucareiro e algodoeiro. Desta forma, verificamos

que, mesmo no período colonial, há o registro de aquilombamentos que não se enquadram na definição de escravo fugitivo.

O deslocamento semântico do termo é destacado por Arruti (2008), registrando as principais ocorrências deste processo de ressemantizações. A primeira ressemantização é marcada pela presença e resistência de uma cultura africana no Brasil, nos anos de 1950 e 1960. A segunda é associada à resistência política, colocando o termo como forma para se pensar a revolução das classes populares frente à ordem dominante. A terceira ressemantização associa o termo quilombo como ícone da resistência negra, fazendo junção entre os aspectos políticos e culturais, sendo o período caracterizado por vários momentos importantes, como a publicação do livro “Quilombismo”² de Abdias Nascimento e a realização, em 20/11/1981, da primeira “Missa dos Quilombos” na cidade de Recife, que contou com penitências e perdão de membros da igreja católica às atrocidades cometidas contra a população negra.

Miranda (2016), sobre o processo histórico de uso e conceito do termo descreve:

Mesmo contando com uma contextualização histórica do termo, o significado de quilombo se estabelece numa composição dialógica, portanto, em nenhum momento histórico assume uma definição fixa. Assim, a perspectiva das formulações de intelectuais negros, como Abdias Nascimento, Edson Carneiro e Beatriz Nascimento conjugam a relação histórica e cultural com África e a resistência política na ação de libertação da escravidão (MIRANDA, 2016, p.72)

O tema também é estudado por Munanga e Gomes (2006), destacando o quilombo como espaço de resistência à escravidão, conceito utilizado inclusive na atualidade para fortalecer a cultura negra.

Nesse sentido, o quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se

²Em 1980 Abdias Nascimento publicou o livro o “Quilombismo”, buscando definir quilombo como uma forma de organização política da população negra. “O quilombismo propõe esse legado como referência básica de uma proposta de mobilização política da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural. Vai mais longe ainda, e articula uma proposta afro-brasileira para o Estado nacional contemporâneo, um Brasil multiétnico e pluricultural”. Fonte: http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm.

recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra o sistema (MUNANGA e GOMES 2006, p.72).

Atendendo as reivindicações dos movimentos organizados, é aprovado em 5 de outubro de 1988 o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal que descreve que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Segundo Arruti (2008), o uso do termo remanescentes propõe o reconhecimento de um processo histórico de desrespeito, e busca “resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente” (ARRUTI, 2008, p. 326).

É a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (1988) e da homologação de decretos, portarias e instruções normativas referentes ao tema, que o aparato governamental vem demonstrando interesse em instrumentalizar a legislação referente à demanda então reconhecida. De acordo com o Decreto 4887/2003, que regulamenta o art. 68:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Segundo Arruti (1998) após a aprovação do artigo 68, as comunidades negras rurais que eram consideradas poucas multiplicaram-se significativamente, pois “um número crescente de comunidades negras rurais começa a recuperar uma memória até então recalcada, revelando laços históricos com grupos de escravos” (ARRUTI, 1998, p. 15), mesmo assim, segundo informações repassadas pela página do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) somente 0,12% do território nacional compõe a área trabalhada pelo INCRA em prol das comunidades quilombolas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão responsável por certificar as comunidades quilombolas, atesta a existência de 3.212 (três mil duzentos e doze) comunidades até novembro de 2018, destas 2.685 (duas mil seiscentos e oitenta e

cinco) possuem certidões emitidas³. Após certificada a CRQ pela FCP é iniciado junto ao INCRA os trâmites para regularização e titulação do território. Os dados abaixo demonstram o número de comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP até novembro de 2018.

QUADRO 1 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS - CRQs

Estado	Número de CRQs
Acre	0
Alagoas	69
Amazonas	8
Amapá	40
Bahia	783
Ceará	50
Distrito Federal	0
Espírito Santo	42
Goiás	56
Maranhão	754
Mato Grosso	80
Mato Grosso do Sul	22
Minas Gerais	366
Para	259
Paraíba	40
Paraná	38
Pernambuco	160
Piauí	87
Rio de Janeiro	40
Rio Grande do Norte	28
Rio Grande do Sul	128
Rondônia	8
Roraima	0
Santa Catarina	13
São Paulo	60
Sergipe	36
Tocantins	45
Total	3.212

FONTE: Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura, Brasil 2018

O número mais expressivo de comunidades está concentrado nos Estados da Bahia (783), Maranhão (754), Minas Gerais (366) e Pará (259), regiões que

³A FCP é responsável pelo reconhecimento e certificação das comunidades, cabendo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), demarcação e titulação de terras, ação estabelecida pelo decreto 4.887/2003

possuem forte ligação com o processo colonial escravista do país. A presença de CRQs em praticamente todo o território nacional é um explicador da não passividade da população negra perante as crueldades do processo de escravidão; a luta pela liberdade e organização da população negra sempre esteve presente nos diferentes contextos históricos do país.

O Estado do Paraná, apesar da pouca divulgação e reconhecimento, possui 38 comunidades, destas 36 possuem certificação pela FCP, conforme quadro 2, em sua maioria localizadas nos Campos Gerais, em Curiúva, Castro, Guarapuava, Lapa, Ponta Grossa e Campo Largo. Na entrevista com a técnica da SEED, Clemilda Santiago Neto, fomos informadas sobre o levantamento feito por ela quando coordenava o Programa Brasil Quilombola, que mostrou que o Estado deve ter aproximadamente 8.166 famílias e 14.364 quilombolas espalhados pelas diversas regiões do Paraná. Nestes números não se encaixam as conhecidas Comunidades Negras Tradicionais, visto que estas não solicitaram certificação pela FCP⁴, como nos explicou a técnica responsável, assim, são territórios negros reconhecidos que não desejam a certificação para evitar conflitos ou brigas.

QUADRO 2 – CRQs DO PARANÁ
(continua)

Nº	Município	Comunidade	Data da Abertura do Processo	Data da Portaria no D.O.U.
1	Guarapuava	Invernada Paiol de Telha	13/02/1997	10/12/2004
2	Castro	Serra Do Apon, Limitão E Mamans	14/07/2005	12/09/2005
3	Ponta Grossa	Santa Cruz	18/07/2005	19/08/2005
4	Ponta Grossa	Sutil	18/07/2005	19/08/2005
5	Adrianópolis	João Surá	26/07/2005	19/08/2005
6	Curiúva	Água Morna	27/07/2005	19/08/2005
7	Curiúva	Guajuvira	27/07/2005	19/08/2005
8	Adrianópolis	Sete Barras	28/09/2005	07/06/2006
9	Adrianópolis	Porto Velho	11/05/2006	07/06/2006
10	Doutor Ulysses	Varzeão	11/05/2006	07/06/2006
11	Adrianópolis	Córrego das Moças	28/09/2005	07/06/2006
12	Campo Largo	Palmital dos Pretos	11/05/2006	07/06/2006

⁴ As comunidades reconhecidas como Comunidades Negras Tradicionais não requisitaram a certificação pela FCP, principalmente para evitar luta jurídica pelo território. Informações recolhidas através de entrevista com Clemilda Santiago Neto em 27/02/2019.

QUADRO 2 – CRQs DO PARANÁ

(Conclusão)

13	Guaíra	Manoel Ciriáco dos Santos	16/08/2006	13/12/2006
14	Candói	Despraiado	16/08/2006	13/12/2006
15	Turvo	Campina dos Morenos	17/08/2006	13/12/2006
16	Candói	Vila São Tomé	16/08/2006	13/12/2006
17	Candói	Cavernoso 1	16/08/2006	13/12/2006
18	São Miguel do Iguçu	Apepú	16/08/2006	13/12/2006
19	Adrianópolis	São João	16/08/2006	13/12/2006
20	Adrianópolis	Estreitinho	16/08/2006	13/12/2006
21	Adrianópolis	Bairro Três Canais	16/08/2006	13/12/2006
22	Bocaiúva do Sul	Areia Branca	16/08/2006	13/12/2006
23	Guaraqueçaba	Batuva	22/08/2006	13/12/2006
24	Guaraqueçaba	Rio Verde	22/08/2006	13/12/2006
25	Adrianópolis	Praia do Peixe	01/08/2006	13/12/2006
26	Castro	Tronco	22/08/2006	13/12/2006
27	Adrianópolis	Bairro Córrego do Franco	16/08/2006	13/12/2006
28	Lapa	Feixo	18/10/2006	13/12/2006
29	Lapa	Reestinga	18/10/2006	13/12/2006
30	Lapa	Vila Esperança de Mariental	18/10/2006	13/12/2006
31	Palmas	Adelaide Maria Trindade Batista	15/03/2007	16/04/2007
32	Palmas	Castorina Maria da Conceição	12/03/2007	16/04/2007
33	Ivaí	Rio do Melo	15/03/2007	16/04/2007
34	Ivaí	São Roque	12/03/2007	16/04/2007
35	Palmas	Tobias Ferreira	06/12/2012	19/09/2013
36	Arapoti	Família Xavier	04/12/2017	06/07/2018

FONTE: Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura, Brasil 2018

Durante a escrita deste trabalho, a CRQ Invernada Paiol de Telha, teve parte de seu território titulado pelo INCRA, sendo reconhecida como a primeira CRQ do Estado a ser titulada. De acordo com notícia informada pela Terra de Direitos, o reconhecimento trata somente de 225 hectares de terra - uma pequena parte dos 2.959 hectares que a comunidade tem direito. No entanto, a morosidade e dificuldades no reconhecimento fez com que muitas comunidades optassem por manter-se somente Comunidades Tradicionais Negras. Segue abaixo o quadro das Comunidades Negras Tradicionais do Paraná.

QUADRO 3 – COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO PARANÁ

Município	Comunidades Tradicionais Negras
1. Agudos Do Sul	1. CTN Pavãozinho
2. Campo Largo	2. CTN de Sete Saltos
3. Contenda	3. CTN Lagoa das Almas
	4. CTN Serrinha
	5. CTN Bairro Camargo
	6. CTN Poço da Cruz
4. Tijucas Do Sul	7. CTN do Barreiro
5. Adrianópolis	8. CTN. Bairro dos Roque
	9. CTN Feital
	10. CTN Tatupeva
6. Dr. Ulisses	11. CTN de Queimadinhos
7. Cruzeiro Do Iguaçu	12. CTN. Linha Marioti
8. Londrina	13. CTN Venda dos Pretos
9. Castro	14. CTN Vila do Rosário
	15. CTN Vila Operária
	16. CTN Vila Bela Vista
10. Ivaí	17. CTN Bom Jesus
11. Palmeira	18. CTN do Cercado
	19. CTN Rio das Pedras
13. Porto Amazonas	20. CTN Porto Velho
14. Jaguariaíva	21. CTN de Água Clara

FONTE: Informações coletadas através de entrevista com técnica da SEED.

O número oficial de comunidades negras tradicionais pode variar, visto que o Estado não possui um sistema de dados oficial disponível para consulta sobre a localização e condição dessas comunidades. As informações obtidas contaram com as contribuições do Grupo de Trabalho Clovis Moura que mapeou e localizou as comunidades entre os anos de 2005 e 2010. O mapa a seguir (figura 1), elaborado pelo Instituto de Terra e Geociência (ITCG), traz a planilha das comunidades negras tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos e indicativos de comunidades ainda a visitar, mapeadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, no Paraná. Ao todo, foram visitadas cinquenta e uma comunidades, e destas 36 foram certificadas pela FCP.

FIGURA 1 – MAPA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ



FONTE: Relatório Quilombos do Paraná 2005-2010.

O mapa acima e o número de CRQs, indicam e marcam a presença negra na formação do Estado, alertando para organização e ancestralidade dessa população, reafirmando as resistências negras contínuas e as lutas atuais para acesso aos direitos básicos.

Cruz (2012) destaca que a constituição da identidade paranaense esteve aliada às ideologias nacionalistas de consolidação do regime republicano, ligadas aos ideais do liberalismo e branqueamento⁵, sendo que a propagação deste cenário invisibilizou e ocultou a memória dos grupos menos favorecidos.

discutir a memória negra no estado do Paraná implica entender que muitas das práticas de vida da população afro-brasileira no decorrer do século XX foram vistas como obstáculo para a constituição do projeto nacional pensado pela elite, e na história do Paraná não foi muito diferente, a

⁵A ideologia e política do branqueamento, foi adotada no fim do século XIX no Brasil, com intuito de “branquear” a população, visto que as teorias raciais do período exalavam e consideravam como modelo de sucesso e evolução, nações brancas. Esta política financiou e contribui com a vinda de imigrantes europeus para o país.

construção de uma identidade paranaense, ou mesmo paranista, se fez a partir da omissão ou do esquecimento da presença da população negra no estado e, conseqüentemente, de sua memória (FELIPE, 2018, p. 7).

A partir do aporte das informações discutidas até o momento, enfatizaremos adiante aspectos relacionadas à educação escolar quilombola. Assim, tornou-se necessário para o desenvolvimento desta pesquisa examinar as produções sobre direitos e a elaboração de políticas para educação escolar quilombola. O disposto no capítulo seguinte não pretende demonstrar o estado da arte acerca das produções científicas existentes sobre a Política de Educação Escolar Quilombola, visto que este não é o objetivo central desta pesquisa. A reflexão proposta aqui tem o intuito de encontrar trabalhos que dialoguem com o objeto desta monografia.

2 PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Este levantamento teve o intuito de promover uma aproximação com a temática, bem como verificar as produções acadêmicas sobre a política da educação escolar quilombola. Sabemos que o mapeamento realizado aqui possui caráter seletivo e que este não representa a totalidade de produções sobre a temática.

O mapeamento teve início analisando o acervo da biblioteca digital de teses e dissertações da UFPR, no entanto, só encontramos dois trabalhos: a tese intitulada “Educação escolar quilombola : quando a diferença é indiferente”⁶ (2012) e a dissertação “Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio” (2012), sendo ambos orientados pela professora Dr^a Tania Maria Baibich, servindo como referência essencial para pesquisa.

A fim de encontrar um número maior de pesquisas sobre a temática, realizamos novas buscas em dois bancos de dados distintos. A primeira diz respeito à biblioteca de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, que contempla teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Este banco não possui uma cobertura tão ampla como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no entanto, possibilita que o usuário tenha acesso por meio de links ao texto completo das teses e dissertações.

O segundo banco de dados diz respeito ao caderno de resumos do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE, banco escolhido pela relevância em divulgar pesquisas ligadas à temática vinculada à população negra e elaboradas majoritariamente por negras e negros.

O X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE, teve 38 sessões aprovadas, destas, 19 sessões apresentaram 63 resumos que constam em seus títulos o termo quilombo ou quilombola, 40 títulos de resumos foram escritos por mulheres e 13 trabalhos foram escritos por membros externos à Academia, como secretarias de educação e associações.

As produções encontradas demonstram o campo plurifacetado que envolve a temática. O banco de teses e dissertações do IBICT, apresentou como retorno ao

⁶ A autora da tese, Edimara Gonçalves Soares, é considerada a 1^o Doutora Quilombola do Brasil.

termo “educação escolar quilombola” 106 produções, no entanto, analisando os resumos, encontramos 32 dissertações e 20 teses que apresentam como foco a ligação com os termos da pesquisa, sendo que os anos que apresentam maior número de trabalhos concentram-se em 2012 (5 dissertações) e 2013 (4 teses) e as mulheres também se mostraram maioria no número de produções.

Miranda (2018, p.202), analisando as produções destaca que é a partir de 2010 que temas específicos das pesquisas em educação escolar despontaram, como é o caso do tema implantação das políticas educacionais. “Esses dados evidenciam que a visibilidade das comunidades remanescentes de quilombos nas pesquisas ainda permanece a depender da abertura dos programas de pós-graduação ao tema” (MIRANDA, 2018, p. 195).

A seguir, analisamos as produções dispostas nestes bancos e suas contribuições para esta pesquisa.

2.1 PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações – BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, ao digitar o termo “educação escolar quilombola”, encontramos um total de 106 produções, sendo 70 dissertações e 36 teses publicadas entre os anos de 1999 e 2018.

A fim de localizar as produções que dialoguem diretamente com o objeto deste trabalho, refinamos a pesquisa e verificamos somente as ligadas aos programas de pós-graduação em educação, obtendo os seguintes resultado:

QUADRO 4: TESES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018 (continua)

	Titulo	Autor	Instituição	Ano
1-	O quilombo e a escola de Barro Preto, em Jequié, Bahia: vicissitudes e sentidos de identidade	Viviane Barboza Fernandes	Universidade de São Paulo	2018
2-	Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas	Mauro Soares Cordeiro	Universidade de São Paulo	2017
3-	A escola e o desenvolvimento social do Quilombo de Saracura: baixo Amazonas em Santarém Pará	Wanildo Figueiredo de Sousa	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2016

QUADRO 4: TESES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018

(continua)

4-	No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da comunidade Cajueiro I em Alcântara/MA	Herli de Sousa Carvalho	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2016
5-	Memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior: Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB)	Raquel Koyanagi	Universidade de Brasília	2016
6-	A educação do surdo como modalidade da educação básica: uma alternativa para superar suas contradições com a educação especial?	Adriana Dantas Wanderley dos Santos	Universidade Federal da Bahia	2015
7-	Desconstruindo o futebol e a erotização da dança: uma experiência na educação física da escola do campo no Mata Cavalo	Jorge Eto	Universidade de São Paulo	2015
8-	A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo	Juliana Vechetti Mantovani	Universidade Federal de São Carlos	2015
9-	Entre a serra e o mar: memória, cultura, tradição e ancestralidade no ensinar-aprender entre as gerações do Quilombo da Fazenda - Ubatuba/SP	Carolina dos Santos Bezerra Perez	Universidade de São Paulo	2014
10-	Comunidades remanescentes dos quilombolas de Arvinha e Mormaça: processos educativos na manutenção e recuperação do território	Heron Lisboa de Oliveira	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2014
11-	O currículo em escolas quilombolas do Paraná: a possibilidade de um modo de ser, ver e dialogar com o mundo	Antônio Ferreira	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2014
12-	“Jucu, jacutia, a gente dá comida pro jacu!”: as culturas infantis: contributos na produção da identidade do currículo para educação quilombola	Marina Rodrigues Miranda	Universidade Federal da Bahia	2013
13-	Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural Quilombola do Fojo – BA	Jeanes Martins Larchert	Universidade Federal de São Carlos	2013
14-	COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA KALUNGA: direito à educação como expressão de cidadania no ensino fundamental	Ana Celuta Fulgêncio Taveira	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2013
15-	Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola	Paulo Sergio da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2013
16-	Movimentos sociais e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas	Maria Jorge dos Santos Leite	Universidade Federal do Ceará	2012
17-	“Rodas de conversa” e educação escolar quilombola: arte do falar saber fazer: o programa Brasil quilombola em Restinga Seca/RS	Dilmar Luiz Lopes	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2012
18-	Tensões na construção das identidades quilombolas: a percepção de professores de escolas do quilombo de Jambuaçu Moju (PA)	Ana D’Arc Martins de Azevedo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2011

QUADRO 4: TESES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018

(conclusão)			
19- Saberes da terra: o lúdico em Bombas, uma comunidade quilombola (estudo de caso etnográfico)	Maria Walburga dos Santos	Universidade de São Paulo	2010
20- Batuques, Folias e Ladainhas: A Cultura do Quilombo do CRIA-Ú em Macapá e sua Educação	Lino Videira Piedade	Universidade Federal do Ceara	2010

FONTE: Elaborado pela autora com base no IBICT (2019).

Dos trabalhos listados no quadro, verificamos um campo de estudos multifacetado. As teses intituladas “Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas” de Mauro Soares Cordeiro (2017) e “O currículo em escolas quilombolas do Paraná: a possibilidade de um modo de ser, ver e dialogar com o mundo” de Antônio Ferreira, serão alvos de análise e referência desta monografia.

O trabalho de Cordeiro (2017) apresentou como problema central a verificação de como os quilombolas situam a educação escolar pública frente à conquista de seus direitos. A pesquisa contou com estudo de caso em escolas quilombolas situados no Vale da Ribeira - São Paulo. O autor, ao final da tese, destaca que as escolas são comuns a outras escolas, sendo indiferentes as peculiaridades das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CORDEIRO, 2017).

A pesquisa de Ferreira (2014) teve por objetivo investigar de que maneira a escola traduz as concepções de mundo das comunidades quilombolas para o currículo escolar. O trabalho contou com pesquisa de campo realizada nas duas escolas situadas em território quilombola do Estado, e o autor conclui que “o currículo nas escolas quilombolas do Paraná ainda sufoca a voz dos sujeitos quilombolas, torna folclórico seus saberes tradicionais e ignora a dinâmica social das comunidades quilombolas” (FERREIRA, 2014, p.142).

Portanto, em acordo com as pesquisas supracitadas, a perspectiva de uma educação escolar quilombola que contemple aspectos étnico/culturais ainda não vem sendo abordada a contento.

No quadro abaixo seguem a lista com as dissertações encontradas na biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, ligadas aos programas de Educação das Instituições de Ensino Superior.

QUADRO 5: DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018

(continua)

Título	Autor	Instituição	Ano
1- Os sentidos atribuídos às identidades de mulheres quilombolas na escola de educação quilombolas	Lucia Helena Ramos da Silva	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2018
2- Educação Escolar Quilombola no Cariri Cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo	Ana Paula dos Santos	Universidade Federal do Ceara	2018
3- Juventudes Quilombolas: trajetórias, resistência e construção de identidades	José Rodrigo Pontes dos Santos	Universidade Federal do Pará	2018
4- A Educação Quilombola na comunidade Colônia do Paiol – Bias Fortes (MG)	Guilherme Gorette Rodrigues	Universidade Federal de Juiz de Fora	2017
5- Juventude e identidade: o processo de significação e construção do ser quilombola entre os(as) jovens da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas/Paraná	Indiamara Ferreira Pickler Machado	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2017
6- Povos e comunidades tradicionais: relações com a escola do/no campo	Marilei de Fátima Ferreira Gonçalves	Universidade Tuiuti do Parana	2017
7- Jovens kalungas de Cavalcante-GO: processos formativos, construções de identidades e trajetórias escolares	Nelson Marsilio dos Santos Joazeiro	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2017
8- Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular	Shirley Pimentel de Souza	Universidade Federal da Bahia	2015
9- Educação escolar quilombola: uma perspectiva identitária a partir da Escola Estadual Maria de Arruda Muller.	Augusta Eulália Ferreira	Universidade Federal de Mato Grosso	2015
10- Gestão escolar e Educação Para as Relações Étnico-Raciais na comunidade quilombola de Castainho	Marco Aurélio Acioli Dantas	Universidade Federal de Pernambuco	2015
11- Educar na tradição: diálogos com a comunidade quilombola Mesquita	Alisson Silva da Costa	Universidade de Brasília	2015
12- Educação Escolar e Identidade Quilombola: um enfoque na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará	Luciane Teixeira da Silva	Universidade Federal do Pará	2015

QUADRO 5: DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018

(continua)

13- Corpos no samba de cacete: tambores, educação e gingas na dança ancestral afrocametaense	Carmen Lucia Barbosa	Universidade Federal do Ceara	2015
14- Labirinto de gênero e ambiente: diálogos com alguns jovens quilombolas da comunidade de Mata Cavalo	Elizete Gonçalves dos Santos	Universidade Federal de Mato Grosso	2015
15- Africanidades no ritual das ladainhas de capoeira angola: pretagogia e produção didática no Quilombo	Rafael Ferreira da Silva	Universidade Federal do Ceará	2015
16- A Lei 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola	Joelson Alves Onofre	Universidade Federal da Bahia	2014
17- Práticas e eventos de letramento em uma comunidade remanescente de quilombolas: Mesquita	Edinei Carvalho dos Santos	Universidade de Brasília	2014
18- Institucionalização escolar e empreendedorismo: efeitos da governamentalidade neoliberal na sujeição do aluno a EJA	Elize de Matos Souto	Universidade Federal de Santa Maria	2014
19- História da educação da população negra no município de Alcântara – MA	Ricardo Costa de Sousa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2014
20- Educação e escolarização quilombola: construções político pedagógicas em Brejo dos Crioulos MG	Cynthia Adriádne Santos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2013
21- A prática educativa e as contribuições do processo formativo da organicidade da licenciatura em educação do campo da UNB - um estudo de caso no território Kalunga/Goiás	Elisângela Nunes Pereira	Universidade de Brasília	2013
22- Educação do campo uma política em construção: desafios para Sergipe e para o Brasil	Marilene Santos	Universidade Federal de Sergipe	2013
23- A representação dos (as) negros(as) no currículo pedagógico implantado numa escola localizada em área remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira – SP	Ademar Dias de Oliveira	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2012
24- Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas	Givânia Maria da Silva	Universidade de Brasília	2012

QUADRO 5: DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS ENTRE OS ANOS 1999-2018
(conclusão)

25- Educação e Comunidades Quilombolas de Laranjituba e África-Município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana	Sandra Helena Ataíde de Lima	Universidade Federal do Ceará	2012
26- Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade São João do Médio Itacuruçá, Abaetetuba/PA	Maria Bárbara da Costa Cardoso	Universidade Federal do Pará	2012
27- A educação escolar na comunidade negra de Sibaúma: a trajetória educacional da Escola Municipal Armando de Paiva	Terezinha Martins da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2012
28- As comunidades quilombolas do campo em Sergipe e os desafios da formação docente	Gleza Kelly Costa Santos	Universidade Federal de Sergipe	2011
29- Escola, família e comunidade quilombola na afirmação da identidade étnica da criança negra	Ana Cristina Conceição Santos	Universidade Federal de Alagoas	2008
30- Comunidade Silva: identidades em jogo	Aline Ryzewski	Universidade do Vale do Rio do Sinos	2008
31- Educação e identidade no Quilombo Brotas	Marcia Lucia Anacleto de Souza	Universidade Estadual de Campinas	2009
32- Projetos de vida e juventude: um diálogo entre a escola, o trabalho e o "mundo": (uma experiência de etnopesquisa no Vale do Iguaçu)	Ivan Faria	Universidade Federal da Bahia	2006

FONTE: Elaborado pela autora com base no IBICT (2019).

Os trabalhos encontrados acima também seguem a dinâmica multifacetada da temática. Os resumos das dissertações, assim como o encontrado nas teses, também apontam para uma ação pedagógica pouco reflexiva, mostrando que a instituição escolar desconhece o contexto da comunidade quilombola e, desse modo, “quando a escola desconhece e não vivencia seu espaço enquanto um espaço político corre o risco de vendar os olhos às diferenças e tornar invisíveis aqueles que precisam dessa discussão e referência” (LEITE, 2009, p. 158).

Das dissertações dispostas, somente a de Indiamara Ferreira Pickler Machado, sobre juventude quilombola na comunidade Adelaide Maria Trindade Batista localizada em Palmas/Paraná, foi alvo de referência deste trabalho por analisar uma CRQ do Paraná.

A dissertação teve por objetivo conhecer e analisar como se dá o processo de construção de identidades pela juventude da Comunidade Quilombola Adelaide

Maria Trindade Batista, tendo como resultado o reconhecimento da importância do ambiente escolar para formação da identidade quilombola, destacando a escola como ambiente possibilitador do reconhecimento e orgulho quilombola.

2.2 RESUMOS DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS E A TEMÁTICA QUILOMBOLA

A fim de localizar as produções atuais sobre educação escolar quilombola, utilizamos o caderno de resumos produzidos pelo X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE, evento que concentra pesquisas sobre relações raciais nos diferentes campos e áreas do conhecimento, tendo por objetivo:

constituir-se enquanto espaço de divulgação, circulação e promoção da produção científica dos/as pesquisadores/as negros/as e de estudiosos/as das temáticas vinculadas à população negra, sob a perspectiva do diálogo entre os povos africanos e da Diáspora, com vistas aos debates e reflexões acerca da intelectualidade negra nos diferentes campos e áreas do conhecimento científico e do saber, e também sob a perspectiva da resistência, do enfrentamento e do combate às diversas formas de racismo, de forma particular a segregação dos negros e negras nos espaços sociais e na produção acadêmica. (COPENE, 2018)⁷.

O X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE, ocorreu de 12 a 17 de outubro de 2018 na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em Uberlândia/MG, reunindo professores/as, pesquisadores/as e estudantes das mais diversas instituições acadêmicas de todas as regiões do Brasil, ativistas dos movimentos sociais e convidados estrangeiros.

Foram 38 sessões temáticas aprovadas, conforme anexo 1, e destas, 19 sessões apresentaram resumos com as palavras “quilombo” ou “quilombola”. As sessões que concentram maior número de resumos foram as seguintes: Sessão Temática 01. Educação para as relações étnico-raciais – 7 resumos; Sessão Temática 09. Direitos territoriais quilombolas, Ancestralidades, Técnicas de Cura e Sustentabilidade – 10 resumos; Sessão Temática 33. Territórios Quilombolas, Memória e Resistência – 18 resumos. As demais sessões apresentaram 1 ou 2 trabalhos.

⁷ Informação disponível em: <http://www.anped.org.br/content/x-congresso-brasileiro-de-pesquisadoresas-negrosas-x-copene>.

Das 63 produções⁸ que possuem em seu título o termo “quilombos” ou “quilombolas”, encontramos na sessão temática 1 o trabalho “Implementação da Lei 10.639/03 no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos”, elaborado por Vanessa Gonçalves da Rocha, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, e analisa uma das duas escolas quilombolas do Estado, demonstrando que ao realizar a educação escolar quilombola cumpre-se também o disposto na Lei 10.639/03.

A sessão temática 7 também apresentou como resumo a análise da Comunidade Paiol de Telha, oriundo do trabalho intitulado “Memórias negras no estado do Paraná: As práticas de vida da Comunidade Quilombola Paiol de Telha”, elaborado por Delton Aparecido Felipe, da Universidade Estadual do Paraná. No resumo o autor destaca que “por mais que a memória sofra flutuações em função do momento em que está sendo articulada, a história de vida individual ou coletiva tem sempre algo invariante, que se torna parte da própria essência da pessoa onde há um forte sentimento de pertencimento”.

A sessão temática 03, apresentou o trabalho de Andréia Martins da Cunha “Educação Escolar quilombola em Minas Gerais – Uma modalidade em construção”, que teve por objetivo expor o caminho normativo atual para a construção e fortalecimento da modalidade dentro do sistema estadual de educação básica de Minas Gerais.⁹

As sessões temáticas 12 e 36 apresentaram respectivamente os seguintes resumos: “Educação Escolar Quilombola: estado da arte das pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil”, de Liliane de Fátima Dias Macedo e Erisvaldo Pereira dos Santos e “Estado da Arte: Educação Quilombola e Relações Raciais o que está sendo produzido?”, de Antonio Hamilton dos Santos. O primeiro resumo destaca que dos trabalhos analisados é possível ressaltar a não articulação entre as escolas e os saberes destas comunidades, reproduzindo os valores da educação colonialista e eurocêntrica, não cumprindo o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola; e o resumo de Santos (2018) destaca a importância destes estudos para estimular o debate sobre a superação do racismo e discriminação, nos diferentes espaços sociais.

⁸ O quadro com a lista de resumos encontra-se no anexo 2.

⁹ O resumo não apresenta os resultados da pesquisa.

3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA E QUILOMBOLA

Ao longo da história, registram-se em vários momentos a luta da população negra por educação. As discussões para atendimento a esta pauta iniciam-se principalmente com a aprovação do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trata da inserção do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Miranda (2012), sobre o significado histórico da nova modalidade de educação, descreve que ela “insere-se numa trajetória de discussões no campo educacional iniciada ainda na década de 1980 e marcada por alto grau de mobilização em torno da reconstrução da função social da escola” (MIRANDA, 2012, p.371). Assim, neste capítulo trataremos das políticas que envolvem a trajetória desta modalidade de educação e sua implantação¹⁰ no Paraná.

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O direito à educação escolar sempre esteve presente na pauta de reivindicação do movimento negro, visto que por vários períodos históricos seu acesso foi negado a esta população. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, há referências sobre a existência de mecanismos de repressão utilizados pelo Estado para impedir a escolarização dos grupos escravizados. Dentre eles há o Decreto nº. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos:

Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padeceram moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos (BRASIL, 1854).

¹⁰ Acordando com estudos de Miranda (2012), optamos pelo uso do termo implantação e não implementação devido ao estágio inicial que a modalidade se encontra, visto que esta ainda não se encontra enraizada e fixada (MIRANDA, 2012, p.374).

A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, pois é por meio da formação escolar que os sujeitos garantem o exercício de cidadania, pré-requisito para acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos (CURY, 2002).

No entanto, o acesso a uma educação para todos está ligada aos diversos fatores e tramas que envolvem as relações sociais, culturais e políticas.

A criação em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) no Ministério da Educação, contribuiu para dar destaque às demandas até então invisibilizadas pelas esferas administrativas ligadas às secretarias e departamentos de educação. A SECADI, assim como outros espaços de gestão do Governo Federal, foi proposta para garantir respostas e operacionalidade aos diferentes pleitos apresentados pelos movimentos sociais brasileiros, uma vez que, no início da década de 2000, muitos deles foram incorporados às pautas da legislação educacional brasileira (BRASIL, 2006).

Ferreira e Soares (2018) descrevem a necessidade de se diferenciar educação quilombola e educação escolar quilombola, destacando que estas são concepções que se “complementam e guardam suas especificidades”. A educação quilombola é aquela desenvolvida pelos sujeitos e sua forma de ser e estar no mundo, utilizando a definição de Brandão (1981) sobre educação:

o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita (BRANDÃO, 1981, p.10-11).

Assim, educação quilombola faz parte do amplo processo que se constitui e acompanha as vivências do processo de humanização do indivíduo e sua comunidade, dando-se através das criações e recriações realizadas juntamente com o coletivo, incluindo os processos de manifestações das tradições que o acompanham na formação de sua identidade e vivência.

Já a definição de educação escolar quilombola está expressa na Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Essas diretrizes tomam por base as orientações das

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010) e as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, devendo ela estar comprometida com os saberes, vivências e identidades das CRQs. Assim, define-se educação escolar quilombola como:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2012, p. 1).

Ainda, na página 27 das DCNEEQ é destacado que as escolas que atendem a estudantes oriundos de comunidades quilombolas também são reconhecidas como escolas quilombolas, mesmo estando localizadas em outra comunidade ou cidade.

Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Nesse caso, entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola (BRASIL, 2012, p.27).

O debate acerca das escolas em território quilombola se sustenta em pelo menos quatro pontos, a constar: Lei Federal nº. 10.639/03 e 11.645/08, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; a convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, publicada pelo decreto 5.051 de 2004, que garante o direito a educação adequada às diferentes populações étnicas; Decreto nº. 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, apontando a necessidade de produzir modalidades de educação adequada ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais; a Resolução n.º 07 de 2010, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que avança no sentido de recomendar a necessidade de respeito por parte das escolas que atendem às populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, promovendo uma educação diferenciada voltada às especificidades destas populações (ARRUTI; CARVALHO, MAROUN, 2011, p.30).

Em relação ao suporte político, a Educação Escolar Quilombola ganhou apoio com a criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial (SEPPIR)¹¹, que desencadeou e possibilitou a criação em 2004 do Programa Brasil Quilombola.

O processo de criação das Diretrizes se deu através da organização de seminários e audiências públicas realizadas principalmente em 2011 nos Estados do Maranhão, Bahia e em Brasília, cujos encontros tinham o objetivo de construir a política escolar quilombola com a participação das CRQs.

As Diretrizes (DCNEEQ) têm a finalidade de “orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola” (BRASIL, 2011, p.05).

Em 2012, vieram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que representa a vitória dos excluídos, pois elas nasceram na base, a partir do desejo das comunidades negras. Uma revolução no ensino brasileiro porque valoriza os saberes, as tradições, os cultos, o patrimônio cultural das comunidades negras, algo inaceitável em outras épocas (FIABANI, 2013, p.345).

Conforme as DCNEEQ, art. 6º, inciso II e III, a Educação Escolar Quilombola tem por objetivos:

- II - orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico (BRASIL, 2012, p. 4).

Nessa perspectiva, a Educação Escolar Quilombola contribui para o fortalecimento e reconhecimento da identidade negra, devendo as escolas reconhecerem esse processo e inseri-lo à sua prática pedagógica. Conforme Parecer CNE/CP 3/2004, contido na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar

¹¹ A SEPPIR foi criada em 21 de março Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, data instituída pela ONU.

a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (...)Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (BRASIL, 2004, p.3-4).

Como Macaé Maria Evaristo destacou no 2º Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola, “devemos pensar a questão da aprendizagem, do desenvolvimento e do ensino e de garantir ao currículo escolar toda memória, tradição, história de luta e resistência pela terra dessas comunidades” (apud, FIABANI, 2013, p. 349), contemplando as dimensões do saber vivido, da memória coletiva e do saber instituído. Conforme o artigo 8º, “VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo à articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, p. 6).

Como destaca Fiabani (2013), o advento da Lei nº. 10.639/03 e das DCNEEQ, representam uma ruptura com os paradigmas tradicionais de educação, visto que elas nasceram a partir de reivindicações históricas das comunidades e movimentos negros, desafiando a ótica dominante, diferente das leis e reformas que regem o ensino brasileiro, não passando de ajustes compatíveis aos interesses da elite nacional ou capital estrangeiro para atendimento.

3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO PARANÁ

A política escolar quilombola no Paraná está associada às ações e aos movimentos e organizações que aconteceram no país principalmente após os anos 2000, utilizadas para implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08. Segundo Soares (2012) e Cruz (2012), o Paraná é considerado precursor da proposição de política educacional voltada para as CRQs, e um dos motivos de sucesso deste esforço é atribuído à presença de profissionais que tinham proximidade com a temática.¹²

¹² Neste momento a Secretária de Educação do Estado era a Profª. Drª. Yvelise de Freitas Souza Arco-Verde, também professora do Setor de Educação da UFPR, e ocupava o cargo de chefe do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conduzindo as políticas de Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, Gênero e Diversidade Sexual e Alfabetização de Jovens

No entanto, esse esforço e protagonismo corre o risco de ser personalizado, colocando as ações sujeitas à falta de continuidade, como destacou Thaís Regina de Carvalho em sua dissertação sobre o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial em uma secretaria municipal de educação, “as ações não podem ficar personalizadas em uma única pessoa e sim serem contempladas enquanto uma política pública integrante do compromisso de Estado (CARVALHO, 2013, p. 161).

Conforme citamos anteriormente, o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à diversidade, em especial a Educação Escolar Quilombola, ganha destaque a partir dos anos 2000, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência e Roberto Requião de Mello e Silva no governo do Estado do Paraná. O diálogo e a articulação entre os dois entes da federação possibilitaram o desenvolvimento da Política Escolar Quilombola no Paraná.

No trabalho de Cassius Marcelus Cruz (2012), é apresentada a trajetória de reconhecimento das comunidades negras no Estado e sua ligação a execução aos projetos estaduais para implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08, possibilitando inclusive o mapeamento das comunidades quilombolas do Paraná. Cruz (2012) destaca que, em 2006, a agenda de ações educacionais voltadas para as comunidades quilombolas ganhou espaço na janela política do governo do Paraná (CRUZ, 2012, p. 80), visto que:

em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador Roberto Requião candidatam-se à reeleição nas esferas federal e estadual, respectivamente, e, no que se refere às comunidades quilombolas, as campanhas de reeleição, além de procurarem explicitar as ações direcionadas a essas populações, abriram a oportunidade de inserção de reivindicações que passaram a ser incorporadas nas propostas de campanha (CRUZ, 2012, p.81).

Os caminhos da construção das políticas para implementação da Educação Escolar Quilombola no Paraná, são iniciados em 2003 através das seguintes ações: 1º) (2004-2006) Grupo de trabalho para Implementação da Lei Federal nº. 10.639/03, atual nº. 11.645/08, através de parceria entre SEED e Coletivo Gênero e Raça da APP Sindicato, em que se percebe a necessidade de conhecer as comunidades negras do Estado (CRUZ, 2012, p.26);

Adultos e Idosos da Rede Estadual de Educação do Paraná o Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral, professor da UEL (SOARES, 2012, p. 77).

2º) (2005) Criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) e Assessoria de Relações Externas e Institucionais da SEED, sendo que o GTCM teve importante papel para o levantamento de dados acerca das CRQs do Estado (CRUZ, 2012, p.26);

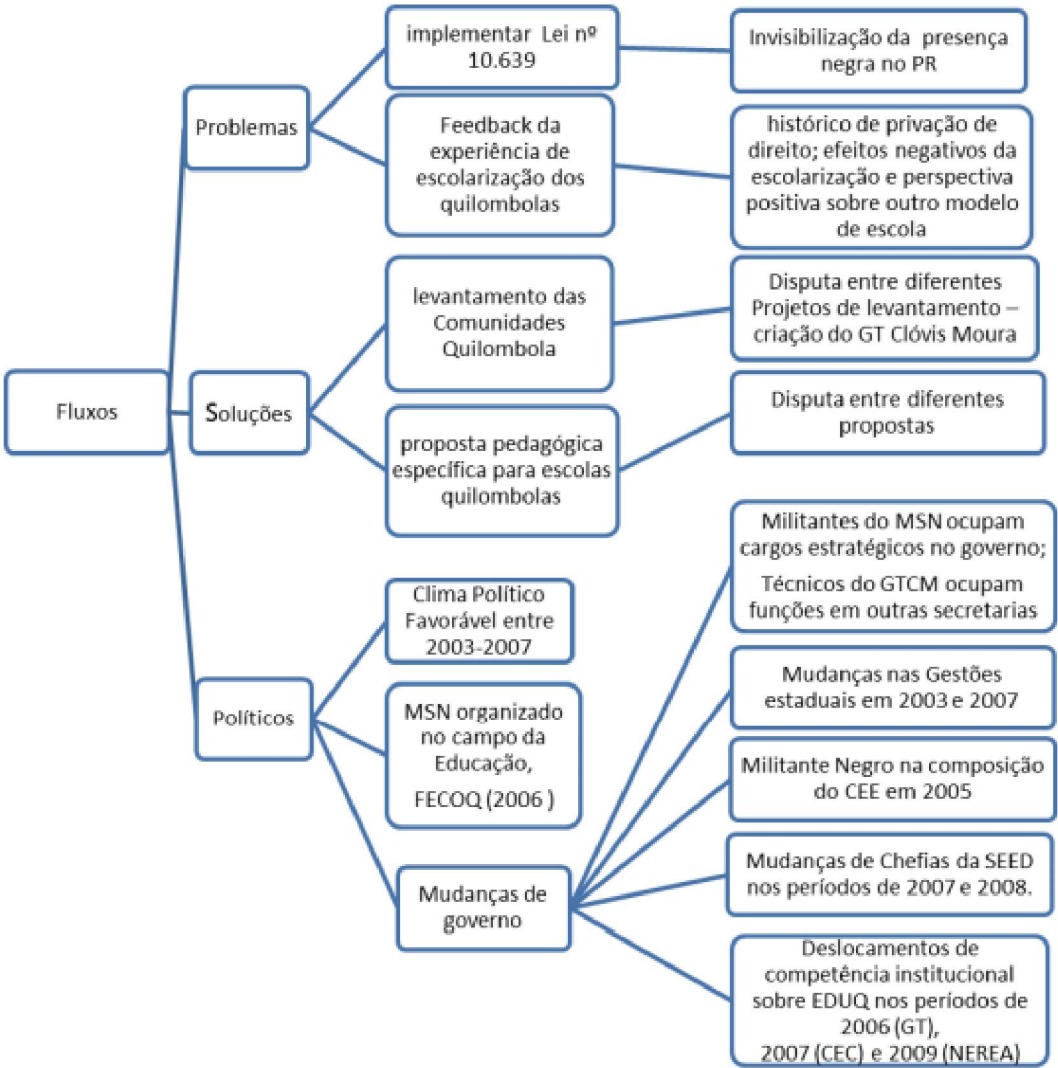
3º) (2006-2008) No ano de 2006, a temática relativa à escolarização quilombola esteve sob competência da equipe da Coordenação da Educação do Campo, vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental da SEED, no período de 2007-2010, e essa ação ficou sob responsabilidade do Departamento da Diversidade (CRUZ, 2012, p.28);

4º) (2009-2010) Neste período, o desenvolvimento da Política Escolar Quilombola esteve sob competência do Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais (NEREA), vinculado ao Departamento da Diversidade.

A formulação de políticas públicas para a Educação Escolar Quilombola no Paraná é analisada por Cruz (2012) através do fluxo de formulações de políticas públicas proposto por Kingdon (CRUZ, 2012, p. 78), sendo que, com a mudança de governo, militantes do movimento social negro passam a ocupar funções em secretarias e no Conselho Estadual de Educação, contando com a participação do prof. Romeu Gomes de Miranda¹³. No fluxograma são especificadas as principais janelas políticas decorrentes das demandas levantadas pelos movimentos sociais negros e das comunidades negras do Estado.

¹³O referido professor foi presidente da APP Sindicato, é militante negro e foi o relator da Deliberação nº 04/2006 do CEE, que estabelece Normas Complementares as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (CRUZ, 2012, p.84).

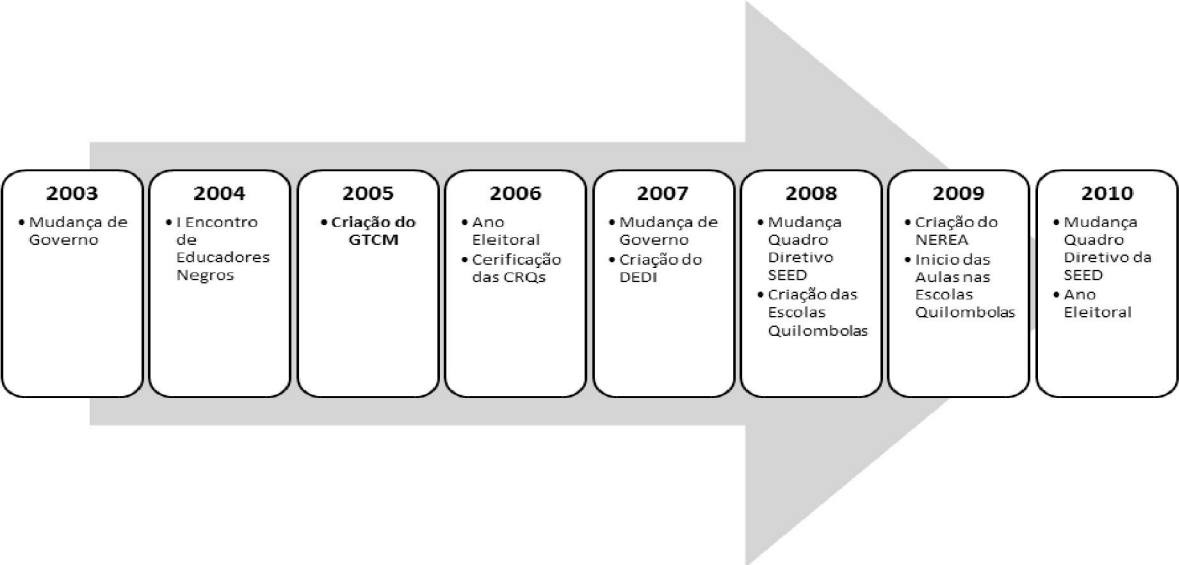
FIGURA 2 – FLUXOGRAMA - FLUXO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO PARANÁ



FONTE: CRUZ, 2012, p. 79

Assim, o início da trajetória escolar quilombola é marcada pela mudança de governo no Estado, tendo como principais ações: realização do I Encontro de Educadores Negros; criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM); promoção de ações públicas e certificação de 24 comunidades pela FCP; criação do Departamento da Diversidade (DEDI); criação de escolas quilombolas; mudanças no quadro diretivo da SEED. A seguir, estabelecemos uma linha do tempo que abrange a dinâmica de demanda e ação governamental nesse período, considerando as janelas políticas.

FIGURA 3 – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO EM PROL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA



FONTE: Elaborado pela autora com base em Cruz (2012).

Em acordo com Cruz (2012), inferimos que as demandas apresentadas pelas comunidades negras do Estado encontram suas trajetórias permeadas pela necessidade de participação de agentes sociais ligados à temática. O cenário favorável e a abertura de novas janelas políticas foram implantadas no mandato do governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – atual MDB) no Paraná e do Partido dos Trabalhadores – PT no governo federal (2003-2010). E não seguiram a mesma trajetória nos anos seguintes, visto as alterações ocorridas na Secretaria Estadual de Educação do Paraná, a partir das reorganizações feitas pelo governo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

A criação de departamentos e a necessidade de implementação da Lei nº. 10.639/03, contribuíram de forma significativa para a trajetória da Educação Escolar Quilombola no Paraná, visto que o Estado passou a inserir em sua agenda formações ligadas à história e cultura afro-brasileira e africana. Eventos como o Encontro de Educadores Negros, possibilitaram a articulação política de integrantes do movimento social negro e fizeram circular informações sobre a presença de comunidades e famílias negras nas diversas regiões do Estado. Infelizmente, encontros como este e os demais realizados em anos anteriores não acontecem desde a gestão do ex-governador Carlos Roberto Richa.

As formações foram direcionadas ao formato da educação a distância e centrados nas equipes multidisciplinares que fazem parte da Escolas Estaduais, com

o objetivo de reduzir recursos. O departamento da Diversidade se manteve mesmo com a alteração de gestão, e hoje, segundo informações coletadas no site da SEED, encontra-se estruturado com quatro equipes técnicas: Coordenação da Educação do Campo, Coordenação da Educação Indígena e Cigana; Coordenação da Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombola; e Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual.

Após 2010, não encontramos novas dissertações e teses que analisaram a Política Escolar Quilombola no Paraná, e a continuidade de ações desenvolvidas pelo Estado voltadas para atendimento a esta demanda. Assim, recorremos a entrevista semiestruturada com a técnica da SEED, para averiguar as ações desenvolvidas na última gestão com foco na temática.

Em entrevista com Clemilda Santiago Neto, técnica da SEED responsável pela temática, fomos informadas sobre o desenvolvimento desta política dentro da Secretaria. A pasta está localizada dentro da Coordenação da Educação das Relações Étnico Raciais e Escolar Quilombola – Departamento da Diversidade (DEDI). A modalidade é descrita na página da SEED como:

Em suma, a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

33- organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se da memória coletiva, das línguas remanescentes, dos marcos civilizatórios, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país e da territorialidade;

34- desenvolve-se em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo proposta pedagógica própria e formação continuada, respeitando a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, observado os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (SEED, 2019) ¹⁴

Soares (2012) destaca que o vanguardismo e ineditismo do Estado, considerado como exemplo nacional na temática, foi inócuo, segundo ela:

devido a ausência de ações pedagógicas de natureza sistemática e permanente no interior das Escolas, à falta de investimento nas dimensões de infraestrutura material e administrativa, bem como de uma articulação

¹⁴Informações disponíveis em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1500>.

efetiva com as Instituições de Ensino Superior (IES) e com as Comunidades Remanescentes dos Quilombos (CRQs) (SOARES, 2012, p. 12).

Os apontamentos feitos por Soares (2012), revelam a atual realidade das comunidades, que mesmo com a apresentação das reivindicações feitas em anos anteriores, não conseguiram atingir a construção de suas escolas, pois embora o Estado possua 34 comunidades reconhecidas oficialmente, contamos com apenas 2 escolas Estaduais. Em entrevista com Clemilda Santiago, fomos informadas sobre a construção da terceira Escola Quilombola do Estado, que visa atender 193 crianças das comunidades Areia Branca, Estreitinho, Três Canais, Córrego do Franco e São João.

Com o intuito de analisar os dados sobre o atendimento a esta demanda pelo Estado, buscamos informações no site da Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná, e verificamos que a rede estadual conta com 2.143 escolas pertencentes às dependências administrativas estaduais e 2 escolas quilombolas. Estas instituições estão divididas nos 32 Núcleos Regionais de Educação¹⁵. Na mesma página onde se encontram dados referentes às diferentes etapas e modalidades de ensino não conseguimos encontrar dados referentes à condição escolar quilombola no Paraná. Esse fator é revelador do não atendimento a esta demanda, visto que a invisibilidade dos dados é proposital para implementação desta política nas comunidades quilombolas no Paraná.

A ausência de dados oficiais sobre esta população e o número de comunidades tituladas é revelador da atuação do racismo estrutural que ultrapassa o âmbito da consciência e instituições, estando presente na essência da sociedade brasileira, sendo um mecanismo utilizado para produzir e recriar desigualdades.

Ao entrar no site da secretária, conseguimos verificar que o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, localizado na área rural de Adrianópolis, pertencente ao Núcleo Regional Área Metropolitana Norte, atende 28 estudantes distribuídos em 6 turmas de ensino fundamental (séries finais) e ensino médio.

O Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira está localizado na área urbana de Palmas e pertence ao Núcleo Regional de Pato Branco, atende 413

¹⁵Informações disponíveis em: [http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf;jsessionid=CBXrYE7muGezWgv8-VqbaRjgGk6588VxRgkxreuk.sseed75003?windowId=c66&codigoMunicipio=&codigoNre=.](http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf;jsessionid=CBXrYE7muGezWgv8-VqbaRjgGk6588VxRgkxreuk.sseed75003?windowId=c66&codigoMunicipio=&codigoNre=)

estudantes divididos em 23 turmas de ensino fundamental séries finais e ensino médio, possuindo turmas com atendimento complementar e atendimento educacional especializado.

A dificuldade de acesso aos dados e mecanismos de coleta para saber oficialmente o número de alunos atendidos também é destacado por Clemilda Santiago como problemas decorrentes do racismo estrutural. Os dados informados por ela durante a entrevista também constam no "Planejamento Escolar Quilombola – 2019", segundo esses, o Estado do Paraná atende, em 13 Núcleos Regionais de Educação e 67 escolas, estudantes oriundos de comunidades quilombolas. O número de estudantes quilombolas que frequentam estas escolas não é informado pela entrevistada, mas se sabe que as 67 escolas atendem em seu total um número de 18.085 alunos.

No planejamento consta que o Estado do Paraná possui 8.166 famílias quilombolas e 14.364 habitantes, dados esses que foram coletados pela entrevistada quando a mesma coordenava o Programa Brasil Quilombola, ligado ao Governo Federal, no ano de 2014.

Na entrevista, foram relatadas as condições precárias das CRQs e das Comunidades Negras Tradicionais do Estado. As demandas para educação quilombola são levantadas pelas comunidades e estão presentes no Relatório de Ações da Coordenação do Programa Brasil 2011-2014. Abaixo, listamos as reivindicações presentes no relatório:

- Capacitação para os professores no que se refere à Lei nº. 10.639/03;
- Maior atuação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, pois as escolas que as crianças, os jovens e os adolescentes das comunidades frequentam não tratam da questão da História e Cultura Afro e Quilombola como deveriam;
- Construção de Escolas Estaduais Quilombolas nas CRQs, pois as escolas que as crianças da comunidade frequentam não tratam da questão da História e Cultura Afro como deveriam;
- Reforma e estrutura das escolas que atendem aos alunos quilombolas;
- Construção do Colégio Estadual na CRQ de Córrego do Franco;
- Renovação de ônibus para o transporte escolar para alunos que vem das comunidades quilombolas.

As reivindicações listadas acima ainda não foram acolhidas, e a morosidade no atendimento às demandas revela as sequelas do processo escravista do país, aliadas ao processo das desigualdades socioeconômicas e educacionais entre brancos e negros, pois como revela Soares:

Trata-se de uma modalidade de educação fortemente vinculada à produção de uma nova cartografia da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo étnico historicamente posicionado às margens, nas bordas, quando não completamente excluído (SOARES, 2016, p.4)

Assim, o atendimento a esta modalidade educacional é abordado pela entrevista e pelas referências consultadas, estando articulada as lutas por território, saúde, justiça, moradia, alimentação, energia elétrica, transporte, sendo a educação ferramenta chave e caminho de acesso para o fortalecimento das lutas históricas da população quilombola pelo direito ao exercício da cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Trata-se de uma longa jornada, ainda incipiente, ainda de poucas andorinhas, mas na direção firme e determinada de construir um verão de esperança em direção à mudança” (SOARES, 2012, p. 127)

Na escrita deste trabalho, tivemos por objetivo compreender os aspectos das políticas públicas voltadas à modalidade de educação escolar quilombola no Paraná, analisando os marcos legais e caminhos que o Estado utilizou para atendimento a esta modalidade educacional. Assim, partimos do seguinte problema de pesquisa: Quais as estratégias e marcos legais utilizadas pelo Estado do Paraná para atendimento da demanda da educação escolar quilombola? Para tanto, realizamos pesquisa documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada com a Técnica Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, responsável pela temática. Os aportes teóricos fundamentaram-se nas leituras sobre quilombos, educação quilombola, relações raciais, desigualdades educacionais e políticas afirmativas.

Buscamos entender a legislação oficial, e concluímos que a Lei 10.639/03 foi ferramenta essencial para os desdobramentos e marcos legais que asseguram a implementação da Educação Escolar Quilombola no Paraná, se apresentando como estratégia positiva na busca por dar voz à população negra do Estado. Encontros e formações presenciais ocorridas para a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Estado foram cruciais para o reconhecimento e identificação das comunidades negras do Estado.

Os marcos encontrados que norteiam a Educação Escolar Quilombola são conquistas dos movimentos sociais organizados e ferramentas essenciais para o enfrentamento ao racismo. Requerem, no entanto, estratégias e condições para implantação de uma pedagogia própria que valoriza os saberes das CRQs.

No entanto, a realidade do Paraná não está de acordo com os ideais previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e nos documentos norteadores desta política, visto que, das 36 CRQs certificadas pela FCP, somente 2 possuem escolas estaduais em seu território. Assim, grande parte dos estudantes quilombolas estão frequentando escolas fora de sua realidade, e que, por vezes, possuem currículos que não tratam desta modalidade de

educação. A educação escolar quilombola, apesar de sua existência e legislação, encontra-se em condição antagônica, visto a quantidade de escolas existentes e as condições precárias de funcionamento e estrutura em que as mesmas se encontram.

O desenvolvimento da Educação Escolar Quilombola no Paraná também é percebido como política personalista, visto que os sujeitos responsáveis pela articulação e desdobramentos desta política estão atrelados ao movimento social negro e quilombola, estando localizados em pastas específicas na Secretaria Estadual de Educação, como podemos perceber na trajetória de luta de Cassius Marcelus Cruz, Clemilda Santiago Neto e Edimara Gonçalves Soares.

As ações desarticuladas entre os entes da federação, a mudança de gestão e organização interna da SEED, também dificultam o desenvolvimento da Política voltada às CRQs, como destacam as bibliografias analisadas, demonstrando a necessidade de articulação das políticas de promoção de igualdade racial com as políticas em geral dos sistemas de ensino.

Como característica da Educação Escolar Quilombola, temos a necessidade de reconhecimento em torno do território quilombola. Percebemos, no entanto, a morosidade e dificuldades na demarcação deste território, aliada ao jogo de forças políticas que possibilita aos ruralistas e ao agronegócio um crescimento assustador e o impedimento da titulação das terras quilombolas.

Durante o tempo dedicado a esta pesquisa, encontramos dificuldades de acesso os bancos de dados oficiais atualizados; as informações encontradas por vezes apresentaram divergências, visto que foram elaboradas como tentativa de se fazer um levantamento. O atual pronunciamento do governo, relacionado ao corte de verbas para o levantamento censitário para 2020, pode colocar em risco o levantamento censitário da população quilombola do Brasil, dados necessários para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Em suma, é importante ressaltar que em 2012 tivemos a primeira quilombola doutora, fato que já revela os aspectos desiguais e os malefícios causados pela negação da cultura e história afro-brasileira e africana na escola, resultando na exclusão de negros e negras do acesso ao direito à educação. O reconhecimento destas desigualdades e a implementação do disposto na Lei 10.639/03, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola,

possibilitam a transformação das realidades naturalizadas pelas visões eurocêntricas de educação.

Por fim, as reflexões trazidas neste texto representam um estudo preliminar que poderá ser complementado com estudos e pesquisas futuras, apontando a educação escolar quilombola como modalidade educacional desafiadora que busca o rompimento das relações de desigualdades produzidas pela lógica do sistema colonizador.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ARRUTI, José Maurício. Comunidades Negras Rurais: entre a memória e o desejo. **Suplemento Especial de Tempo e Presença**, V. 20, p.15-18, 1998.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo, Antropologia e História do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas educacionais para quilombos**. In: Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: Seed-2010. –101 p. – (Cadernos temáticos da diversidade).

ARRUTI, José Maurício. **Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola**. Revista Contemporânea de Educação V. 12, nº 23, 2017

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf

ARRUTI, José Maurício; MAROUN, Kaila; CARVALHO, Ediléia. Educação quilombola em debate: a escola em Campinho da Independência (RJ) e a proposta de uma Pedagogia Quilombola. **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a educação formal e a realidade quilombola no Brasil**. São Luís: SETAGRAF, p. 29-43, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Sena Federal, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, MEC, 1997.

CARTH, John Land. **A Base Nacional Comum Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CARVALHO, Thaís Regina de. **Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC** / . 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CORDEIRO; Mauro Soares. **Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas**. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002

CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná, no início do III milênio.2012**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FAUSTINO, Rosângela C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FIABANI, Adelmir. **As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais**. Identidade! | São Leopoldo, v.18 n. 3, ed. esp., p. 345-356, dez. 2013, ISSN 2178-0437X.

FERREIRA, Antônio. **O currículo em escolas quilombolas do Paraná: a possibilidade de um modo de ser, ver e dialogar com o mundo**. 2014. 158 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FELIPE, Delton Aparecido. **A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória**. In: Org. RAGGIO, A. Z.; BLEV, R. B.; TRAUCZYNSK, S.C. População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos - Abordagem Histórica - v. 2 / - Curitiba: SEJU, 2018.p. 7-24.

FERREIRA, Antônio; SOARES, Edimara Gonçalves. **Quilombos e Cultura: Possibilidades e Desafios para a construção de práticas pedagógicas**. In: SANTOS, Amanda Basilio; MACHADO, Juliana Porto. Dossiê Estudos Culturais: cultura multifacetada. Jaguarão: Editora CLAECE, 2018, p. 40-51

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política e Sociedade. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011, p. 133-154.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: THEODORO, M. (Org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p.131- 166.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; MIRANDA, Shirley Aparecida de. **O processo de institucionalização da lei 10639/03**. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: SECADI/MEC; UNESCO, 2011

LARCHERT, Jeanes Martins.; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Panorama da Educação Quilombola no Brasil**. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013 – ISSN: 1982-3207

LEITE, Gisélia Maria Coelho. **Políticas públicas e olhares sobre a diferença: a criança quilombola na instituição escolar e em outros espaços educativos de Lagoa Trindade, Jequitibá, Minas Gerais**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. **Projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, pg. 965-977, set./dez.,2008

MACHADO, Indiamara Ferreira Pickler. **Juventude e identidade: o processo de significação e construção do ser quilombola entre os (as) jovens da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas/Paraná**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências**. Revista brasileira de educação, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio./ago. 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola que “vi de perto”**. Revista da ABPN, v. 8, n. 18, nov./2015 –fev./2016., p.68-89, 2016.

MUNANGA, Kabenguele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação escolar quilombola: Processos de constituição e algumas experiências**. Revista da Associação Brasileira de

Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 18, p.107-131, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/45>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

RAGGIO, Ana Zaiczuk; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina. *População negra no estado do paraná: coletânea de artigos - abordagem histórica - v. 2 / - Curitiba: Seju, 2018*

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995/1996.

SILVA, Carla Holanda. **Quilombolas paranaenses contemporâneos: uma identidade territorial agenciada? Uma análise a partir do exemplo de Adrianópolis no Vale do Ribeira Paranaense**. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVA, Flávia Carolina da. **A Educa o das Rela es  tnico-Raciais na Forma o de Professores/as da Educa o Infantil no Município de Curitiba (2010-2015)**. 215 f. Disserta o (Mestrado em Educa o), Setor de Educa o da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educa o escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na constru o curricular**. 111 f. Disserta o (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educa o, Programa de Pós-Gradua o em Educa o, Salvador, 2015

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educa o escolar quilombola: quando a política pública diferenciada   indiferente**. Tese (Doutorado em Educa o) – Setor de Educa o, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educa o Escolar Quilombola: Reafirma o de uma Política Afirmativa**. XI ANPED Sul. Reunião Científica Regional da ANPED. Julho/2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo16_EDIMARA-GON%C3%87ALVES-SOARES.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019

ANEXO 1 – SESSÕES COPENE

1. Sessão Temática 01. Educação para as relações étnico-raciais
2. Sessão Temática 03. A Promoção da Igualdade Racial como Política Pública
3. Sessão Temática 04. A temática racial, as relações de gênero e a diversidade sexual no contexto educacional: decolonialidade do currículo, dos saberes escolarizados e das práticas pedagógicas
4. Sessão Temática 06. Arquitetura e Urbanismo Africano e Afro-brasileiro
5. Sessão Temática 07. Cultura Afro-Brasileira, memória, identidade e patrimônio
6. Sessão Temática 08. Da África às Diásporas: Eurocentrismo, Colonialismo e Relações de Poder
7. Sessão Temática 09. Ancestralidade, Técnicas de Cura e Cuidado de Si
8. Sessão Temática 10. Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações - Étnico- Raciais
9. Sessão Temática 11. Educação de Jovens e Adultos (EJA), juventude negra e experiências Sócio-educativas.
10. Sessão Temática 12. Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica
11. Sessão Temática 13. Estado, Políticas e Reparações na Diáspora Afro-Latino-Americana e Caribenha
12. Sessão Temática 14. Filosofias Africanas e Afro-Diaspóricas
13. Sessão Temática 16. Linguagens: culturas, identidades, reexistências e letramentos
14. Sessão Temática 17. Literatura Infantil, Juvenil e demais produtos culturais para infância, juventude e a afirmação identitária negra.
15. Sessão Temática 18. Masculinidades negras na Diáspora Afrobrasileira: Entre desconstruções, confrontos e (Re)existências.
16. Sessão Temática 19. Representatividade negra na mídia, no cinema e no audiovisual africano e afro-diaspórico
17. Sessão Temática 21. Artes Visuais, música, dança e identidades negras: contextos educativos de produção e afirmação de identidades, acervos e circulação

18. Sessão Temática 22. O/A Negro/a na literatura: personagens e autores/as
19. Sessão Temática 23. Pensamentos e Intelectuais Negrxs e Pan-africanistas na África/Diáspora e diálogos Contemporâneos
20. Sessão Temática 24. Permanência do pensamento de Clóvis Moura
21. Sessão Temática 25. Política e Cultura: A(r)tivismos negros pelas Diásporas
22. Sessão Temática 26. Produção de pesquisadores(as) negros(as) nas ciências naturais, exatas e tecnológicas
23. Sessão Temática 29. Relações de Gênero e Feminismos Negros
24. Sessão Temática 31. Relações Étnico-Raciais, Produção de Subjetividades e Psicologia
25. Sessão Temática 33. Territórios Quilombolas, Memória e Resistência
26. Sessão Temática 34. Trabalho, direitos e políticas sociais
27. Sessão Temática 36. A Educação das Relações Étnico-raciais e O Pensamento Educacional Africano e Afro-Brasileiro
28. Sessão Temática 37. Colonialismo, modos de subjetivação e individuação nas relações entre corpo e natureza
29. Sessão Temática 39. Educação para as relações étnicos raciais: realidade e possibilidades na educação básica, técnica e ensino superior.
30. Sessão Temática 40. Estudos Africanos - Conhecimentos Interdisciplinares: desbravar fronteiras, promover cooperação, ampliar fontes, instituir área.
31. Sessão Temática 42. Infância(s) Negras(s) - Educação, Cultura, Conhecimento e Interseccionalidade: desafios contemporâneos de igualdade étnico-racial no Brasil
32. Sessão Temática 44. Geografia das relações étnico-raciais e Geografias negras.
33. Sessão Temática 47. Pensamentos e epistemologias produzidas por mulheres negras brasileiras: olhares por dentro e fora dos ambientes acadêmicos
34. Sessão Temática 48. Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes
35. Sessão Temática 50. Os Estudos Linguísticos, Literatura, linguagens e as Questões Raciais: diálogos e intersecções possíveis

- 36. Sessão Temática 53. As políticas de ação afirmativa para negros: gênese, consolidação e conjuntura atual
- 37. Sessão Temática 54. Tolerância, Intolerância e Discriminação Religiosa no Brasil
- 38. Sessão Temática 55. Produção intelectual negra entre resistência e re-existência: tensões, perspectivas, diálogos e desafios.

ANEXO 2 – RESUMOS COPENE COM O TERMO QUILOMBO OU QUILOMBOLAS

Titulo	Autor	Instituição
1- Sessão Temática 01. Educação para as relações étnico-raciais		
1- As Artes Cênicas como Instrumento de Legitimidade das Identidades Quilombolas	Lucia Fabiana da Silva	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
2- Construindo pontes entre a extensão universitária e o Quilombo Sítio Veiga: Relato de experiência do Numeq	Cristiane Sousa da Silva	UFC
3- Educação das relações étnico-raciais: o currículo na escola do/no território quilombola	Michele de Oliveira Sampaio Marileide Gonçalves França	Universidade Federal do Espírito Santo
4- Educação Escolar Quilombola: trilhando o paradigma da educação contextualizada para desconstruir estereótipos da educação colonizadora	Uilson Viana de Souza	UFBA
5- EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas da comunidade negra rural de coqueiros em Mirangaba-BA	Ideilton Alves Freire Leal	UNEB
6- Implementação da Lei 10.639/03 no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos	Vanessa Gonçalves da Rocha	UFPR
7- POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS: Uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola	Maria Diva da Silva Rodrigues	Secretaria Municipal de Salgueiro, Pernambuco
2- Sessão Temática 03. A Promoção da Igualdade Racial como Política Pública		
8- Educação Escolar quilombola em Minas Gerais – Uma modalidade em construção	Andréia Martins da Cunha	UFMG
9- O Quilombo, a Favela e o Estado: Criminalização das Classes Populares e Políticas Públicas de Educação	Danielle Tudes Pereira Silva	Prefeitura de Angra dos Reis
3- Sessão Temática 06. Arquitetura e Urbanismo Africano e Afro-brasileiro		
10- ENTRE O URBANO E O RURAL: Avanços nas Políticas Públicas Habitacionais para Comunidades Quilombolas	Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira	UFBA
4- Sessão Temática 07. Cultura Afro-Brasileira, memória, identidade e patrimônio		
11- As influencias da negritude escravizada na formação social, político e cultural na população quilombola kalunga do albino (Paraná- TO)	Laurinei Izidio Soares Macedo	Licenciatura em Historia
12- Memórias negras no estado do Paraná: As práticas de vida da Comunidade Quilombola Paiol de Telha	Delton Aparecido Felipe	(Universidade Estadual de Maringá - Paraná
13-Por uma História do Negro no Sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro	Lourival dos Santos	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
14- Quilombos e Patrimônios Culturais	Thaís Vieira Costa	Universidade Federal da Bahia
5- Sessão Temática 08. Da África às Diásporas: Eurocentrismo, Colonialismo e Relações de Poder		
15-Educação Escolar Quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola São Domingos em Paracatu -MG	Lara Luisa Silva	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
16- Educação Escolar Quilombola: a construção de uma educação amparada numa pedagogia das africanidades	Kênia Mendonça Diniz	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
6- Sessão Temática 09. Direitos territoriais quilombolas, Ancestralidades, Técnicas de Cura e		

Sustentabilidade		
17-A memória e a (re) existência ancestral quilombola no Vale Jequitinhonha -	Clézio Roberto Gonçalves	Universidade Federal da Bahia
18- Mulheres negras, território, resistências e insurgências – a experiência das mulheres quilombolas da Tapera Melão, em Irará – Bahia	Andréa Marques Santos	UFMG
19-O Direito Cultural Alimentar Quilombola: O Exemplo Kalunga	Vercilene Francisco Dias	Universidade Federal de Goiás
20- O direito de resistir e garantir a sustentabilidade do território quilombola -	Francinete Pereira da Cruz	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
21- O direito de ter direitos: O Ministério Público como mediador das terras de remanescentes de quilombo de Poconé- MT	Maurício Marinho da Silva UFMT	UFMT
22- O Pronaf-B como alternativa para suporte da produção agropecuária dos quilombolas do extremo-sul do Brasil	Cauê Assis Bráz	UFRGS
23- Resistência de Quilombolas frente à projeto Aeroespaciais em Alcântara (MA)	Ricardo Costa de Sousa	UFRGS
24- Terra, trabalho e direitos: a busca por cidadania em um quilombo do recôncavo da Bahia	João Rodrigo Araújo Santana	Universidade Federal da Bahia
25- Territorialidade, Saúde e Meio Ambiente: Conexões, Saberes e Práticas em Comunidades Quilombolas de Sergipe	Roberto dos Santos Lacerda	Universidade Federal de Sergipe
26- Território Velho Chico: A sustentabilidade dos quilombos a partir de seu processo de territorialização	Valeria Porto dos Santos	Associação agroextrativista das Comunidades de Pau D'arco e Parateca
7- Sessão Temática 10. Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações -Étnico- Raciais		
27-Educação para relações étnico-raciais: a aplicabilidade da lei 11645/2008 nas comunidades quilombolas de Abaetetuba - PA	Deusa Maria de Sousa	UFPA
8- Sessão Temática 11. Educação de Jovens e Adultos (EJA), juventude negra e experiências socioeducativas		
28- Juventudes e trajetórias escolares em uma comunidade quilombola de MT: Desejos, percalços e o PROINQ como Ação Afirmativa para jovens quilombolas em MT	Zizele Ferreira Dos Santos	UFMT
9- Sessão Temática 12. Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica		
29- Considerações sobre os processos de implementação da educação étnico-racial e quilombola.	Gessiane Ambrosio Nazario Peres	UFRJ
30- Educação Escolar Quilombola: estado da arte das pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil	Liliane de Fátima Dias Macedo, Erisvaldo Pereira dos Santos	Universidade Federal de Ouro Preto
31- Quilombolas na escola: histórias, identidades e relações étnico-raciais	Diogo Pereira Matos,	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), Campus São João del-Rei
10- Sessão Temática 16. Linguagens: culturas, identidades, reexistências e letramentos		
32- “Papagaio velho não pega língua mais, não”: estuciando o jeito de falar e de fazer, o	Bernardo Vaz de Macedo	UFSCar

jeito de ser, em uma comunidade quilombola no Vale do Jequitinhonha, MG		
11- Sessão Temática 21. Artes Visuais, música, dança e identidades negras: contextos educativos de produção e afirmação de identidades, acervos e circulação		
33- A criação artística como um processo libertador: afrodiasporicos, quilombo e os atravessamentos poéticos afetivos	Ana Carolina Costa dos Anjos	Universidade Federal de São Carlos
12- Sessão Temática 26. Produção de pesquisadores(as) negros(as) nas ciências naturais, exatas e tecnológicas		
34- GPS Ubuntu: saberes e rastros etnomatemáticos na comunidade remanescente quilombola Colônia do Paiol em Minas Gerais.	Reginaldo Ramos de Britto	Escola Municipal Gabriel G. Silva
13- Sessão Temática 29. Relações de Gênero e Feminismos Negros		
35- DESACANHAR INTERGERACIONAL QUILOMBOLA: A oralidade dos sentidos no jeito sustância das Laurindas e Joaquinas do Buta Calunga no Tocantins.	Celenita Gualberto	Centro de Desenvolvimento Sustentável-UNB
36- Mulheres de Ganga: memórias incorporadas, resistências e educação no território quilombola de Fátima.	Jaqueline Cardoso Zeferino	Universidade Federal de Santa Catarina
14- Sessão Temática 33. Territórios Quilombolas, Memória e Resistência		
37-A inserção de saberes-fazeres pedagógicos na escola quilombola	Fabiana Lopes Cavalcante	Prefeitura Municipal de Uibaí-Ba
38- A raça e outros marcadores sociais nas experiências de estudantes universitárias/os quilombolas	Marcos Antonio Silva dos Santo	Universidade Federal do Pará
39- As celebrações católicas na comunidade quilombola Furnas do Dionísio no Mato Grosso do Sul: Educação decolonial, memória e identidade	Yasmin Falcão	UFMS
40- As Comunidades Quilombolas Contemporâneas do Agreste Baiano e a Necropolítica	Márcia Rita Silva Souza	Secretaria Estadual de Educação
41-Atuação dos estudantes de enfermagem em diferentes contextos culturais e sociais - Relato de experiências na Comunidade Quilombola de Coqueiros - Mirangaba – BA	Valdiria Soares de Melo, Karen Luane Souza Figueirêdo	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
42- Educação Escolar Quilombola: festas, memórias e tradições	Claudenilde Lopes dos Santos, Douglas Santos Gois	UFMT
43- Mulheres quilombolas da comunidade Kalunga do Tinguizal/Monte Alegre de Goiás: organização, autonomia e desenvolvimento comunitário por meio de projetos culturais	Lorena Borges Silva, Agnês Raquel Camisã	Universidade Estadual de Goiás
44-O direito à memória histórica dos Quilombos: indícios e sinais na perspectiva da reparação e da história do direito	Vanilda Honória dos Santos	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
45- O uso da metodologia de narrativas (auto)biográficas potencialidades de estudo da temática da Educação Escolar Quilombola	Jairza Fernandes Rocha da Silva	PPGE FaE UFMG
46- OS HERDEIROS DE ANCELMO: Uma história da delimitação do território quilombola de Riacho dos Negros (São João do Piauí, 2007-2014)	Thiago Oliveira da Silva Brito	UFRGS
47- Protagonismos Quilombolas no Amazonas. O caso dos “Freitas de Castro”, quilombo Trindade, Rio Andirá, Fronteira Amazonas/Pará.	João Marinho da Rocha	Universidade Federal do Amazonas
48- Quilombo do Cumbe/Aracati – CE: memória e resistência frente aos empreendimentos econômicos que se instalaram dentro do	João Luís Joventino do Nascimento	Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP

território tradicional		
49- Quilombo, terra da liberdade: arranjos familiares e relações parentais de negras (os) aquilombadas (os)	Francisco Otavio Araujo dos Santos	Universidade Federal de Mato Grosso
50- Quilombos: os primeiros organismos de duplo poder do Brasil	Wagner Miqueias Felix Damasceno	UNICAMP
51- Racismo institucional e a (não) efetivação da política pública de regularização dos territórios quilombolas	Givânia Maria da Silva Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira	Universidade de Brasília, UFF
52- Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades	Ivan Costa Lima David da Silva	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB
53- Territórios Quilombolas: Resistências ou Fracassos da Administração Pública?	Francisco de Assis Calegario	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
54- "Estuciando" o Barulho do Quilombo e o Processo de Construção Identitária nas Comunidades Quilombolas Sertanejas de Cariacá e Lajedo	Paula Odilon dos Santos	Universidade Federal da Bahia – UFBA
15- Sessão Temática 36. A Educação das Relações Étnico-raciais e O Pensamento Educacional Africano e Afro-Brasileiro		
55- Estado da Arte: Educação Quilombola e Relações Raciais o que está sendo produzido? -	Antonio Hamilton dos Santos	Secretaria de Estado da Educação
16- Sessão Temática 42. Infância(s) Negras(s) - Educação, Cultura, Conhecimento e Interseccionalidade: desafios contemporâneos de igualdade étnico-racial no Brasil		
56- Ser criança quilombola: a constituição da territorialidade na experiência de crianças moradoras de uma comunidade negra rural do Piauí/Brasil	Luciana Soares da Cruz, Maria Lídia Medeiros de Noronha Pessoa	IFPI Universidade Federal do Piauí
17- Sessão Temática 44. Geografia das relações étnico-raciais e Geografias negras.		
57- A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins	Katiane da Silva Santos	UFT
58- A Resistência para Sobrevivência no Quilombo Grotão no Município de Filadélfia - TO	Natalia Ismaila da Silva	UFT-Araguaína
18- Sessão Temática 48. Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes		
59- Da Escola ao Quilombo: trajetória sócio espacial do PIBID de Geografia Araguaína /TO	Izarete da Silva de Oliveira, Paloma Pereira da Silva, Kênia Gonçalves Costa	Universidade Federal do Tocantins - UFT
60- Educação Escolar Quilombo: Uma Experiência de Formação de Professores da Educação Escolar Quilombola no Município de Bequimão-MA.	Dorival dos Santos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
19- Sessão Temática 53. As políticas de ação afirmativa para negros: gênese, consolidação e conjuntura atual		
61- Acesso de Acadêmicas Quilombolas no Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins	Izadora Nogueira dos Santos Muniz Ana Lúcia Pereira	UFG Universidade Federal do Tocantins
62- Diversidade e Representação: Os(as) Quilombolas no Ensino Superior	Thaís Calixto dos Santos	CACTUS - Associação de Assistência Técnica

		e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares
63- Os quilombolas e a sua inserção na Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio das cotas: Racismo à Brasileira e a questão racial no Tocantins	Marina Grigório Barbosa de Sousa Carla Daniele dos Santos	Fundação Universidade Federal do Tocantins UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS